



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

MICROFILMADO
SOB Nº 2.131

Registro Civil de Pessoa Jurídica
de Cândido Mota - SP

Fls. 02	(a) <i>juv</i>
---------	----------------

Ilmo.Sr.Delegado Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca

A Casa da Criança Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota, associação civil inscrita no CNPJ sob o nº 46.846.523/0001-54 sediada na Rua São Caetano nº 119, nesta cidade de Cândido Mota, por seu presidente **ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 015.544.218-02, portador da cédula de identidade RG nº 13.325.658 SSP/SP, residente na Rua Manoel Casado nº 240, Vila Munhoz, nesta cidade de Cândido Mota, respeitosamente vem à presença de Vossa Senhoria, requerer que o registro da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 18 abril 2022, que deliberou sobre a reforma do estatuto social e outros assuntos de interesse da assembléia, cujas cópias da ata e do estatuto consolidado seguem anexas

Termos em que,

P. Deferimento.

Cândido Mota, 24 maio 2022

C. MOTA

ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI
Presidente

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE CÂNDIDO MOTA

RUA FACDO JABUR, 123 - CENTRO - CÂNDIDO MOTA - SP - CEP: 13460-000 | TEL: (19) 3341-1007 / 3341-4402 | CEL: (19) 99746-4237 | tabelao@ccmota.com

Reconheço por semelhança a firma de ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI, em documento sem valor econômico, e dou fe. Em test da verdade.

Cândido Mota, 19 de agosto de 2022

R\$ 7,52

BRUNO NASCIMENTO BOFFE - ESCRIVENTE

0205AA0104783 - F15V

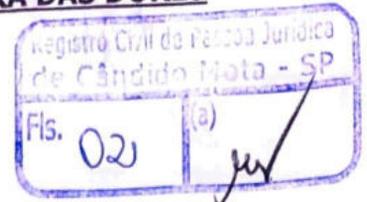
205838/55

Lucilla Andreotti S. Ribeiro
ESCRIVENTE AUTORIZADA



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

MICROFILMADO
SOB Nº 2.131



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FAZ SABER a todos os associados efetivos da **CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA**, que foi designado o **dia 18 ABRIL 2022 às 19:00 horas**, em primeira convocação, não havendo o comparecimento da maioria absoluta dos associados, **às 19:30 horas** em segunda convocação não havendo o comparecimento de pelo menos 1/5 dos associados e as **19:45 horas** com qualquer número de associados na sede social situada na Rua São Caetano, nº 119, nesta cidade de Cândido Mota, para a realização da **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, ocasião em que será deliberada a seguinte ordem do dia:

1. Alteração do Estatuto Social;
2. Outros assuntos de interesse da Assembléia.

Cândido Mota, 09 abril 2022

**ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI
PRESIDENTE**



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o presente Edital confere com o original afixado na sede da Entidade.

Cândido Mota, 09 abril 2022



**ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI
PRESIDENTE**

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE CÂNDIDO MOTA
RUA FACILO JERBAK, 701 - CENTRO - CÂNDIDO MOTA, SP - CEP: 13084-001 | TEL: (16) 3341-1857/3341-4402 | CEL: (11) 9714-8237 | tabelamota@outlook.com

Reconheço por semelhança a firma de ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI em documento sem valor econômico a dou fe. Em test
Verdade
Cândido Mota, 19 de agosto de 2022
R\$ 7,52

BRUNO NASCIMENTO RUFFE - LOREVENTE
0205AA0104784 - F1SV

Phyllia Andreotti S. Ribeiro
ENCREVINTE AUTORIZADA

FIRMA 1
126342
S10205AA0104784



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

Registro Civil de Pessoa Jurídica
de Cândido Mota - SP
Fls. 03 (a) *juv*

MICROFILMADO
SOB Nº.....2131

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA. Realizada no dia 18 abril 2022

Aos nove (18) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois(2022), às 19 horas na sede social da Entidade, localizada na Rua São Caetano, nº 119, nesta cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os associados da **CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA**, os quais foram convocados mediante Edital afixado na sede da Entidade. Assumiu a presidência dos trabalhos o presidente da associação, **ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI** que convidou a mim **APARECIDA CORREA YASUDA PAHIM**, para secretariar os trabalhos. Constituída assim a mesa e verificada a presença de número suficiente de associados para a realização da Assembléia em 1ª convocação, esclareceu o Presidente que a Assembléia Geral Extraordinária tinha por finalidade, a discussão e aprovação de propostas para alteração do Estatuto Social da associação. Iniciados os trabalhos, foram apreciadas e discutidas todas as propostas apresentadas pela diretoria e Conselho Fiscal para a alteração do Estatuto. Colocada em votação, as propostas de reforma do Estatuto foram aprovadas por unanimidade de votos, passando a conter 85 artigos, cujo Estatuto consolidado fica fazendo parte integrante desta. A seguir foi suspensa a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, o que eu fiz como secretária. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada, a qual segue assinada pelo presidente. Nada mais havendo a tratar foi declarada encerrada a assembléia.

Declara-se para os devidos fins que o presente é copia fiel da Ata lavrada no livro próprio da Associação.

Cândido Mota, 18 abril 2022

ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI
PRESIDENTE

APARECIDA CORREA YASUDA PAHIM
SECRETARIA



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE CÂNDIDO MOTA
RUA PAULO JOSÉ TEL. CENTRO - CÂNDIDO MOTA, SP - CEP: 13880-000 | TEL. (16) 3341-1107 / 3341-4402 | FAX: (16) 3374-4037 | tabeliao@tbl.com.br

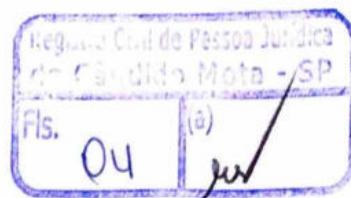
Reconheço por semelhança 01 firma de ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI, em documento sem valor econômico e por fe. Em test @ da verdade.
Cândido Mota, 19 de agosto de 2022. 205837/69-15.
R\$ 7,52

BRUNO NASCIMENTO BOFFE - ESCRIVENTE
0205AA0104782 - FLSV

Priscilla Andreotti S. Ribeiro
ESCREVENTE AUTORIZADA



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



ESTATUTO SOCIAL



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA

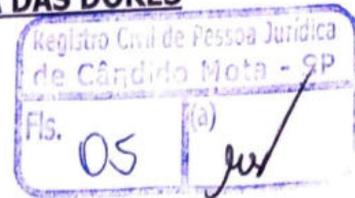
Rua: São Caetano, nº 119

Cândido Mota – SP.

CEP- 19883-030



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



SUMÁRIO



CAPÍTULO I – Denominação, sede e finalidade

CAPÍTULO II – Das Receitas e despesas

CAPÍTULO III – Do Patrimônio

CAPÍTULO IV – Dos associados

Seção I – Categorias a que pertencem

Seção II – Da admissão, demissão e exclusão dos associados

Seção III – Das penalidades

Seção IV – Dos direitos e deveres dos associados.

CAPÍTULO V – Da Administração Social e Supervisão

Seção I – Da Assembléia Geral

Seção II – Da Diretoria

Seção III – Do Conselho Fiscal

CAPÍTULO VI - Da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal

CAPÍTULO VII – Da perda do Mandato

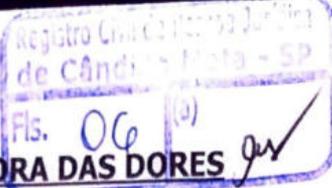
CAPÍTULO VIII – Do Exercício Social

CAPÍTULO IX – Da Prestação de Contas

CAPÍTULO X – Das disposições gerais



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



ESTATUTO DA "CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA"

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE

Artigo 1º - A "CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA", fundada no dia 1º de agosto de 1.964, com duração por prazo indeterminado, é uma associação civil, sem fins econômicos, com personalidade diversa da de seus associados, com finalidade de relevância pública e objetivos voltados à Educação, na modalidade Creche, tendo sido registrada no dia 15 de outubro de 1.964, no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da 1ª Circunscrição da Comarca de Assis, no Livro "A" - nº 02 - Pág. 62/63, sob nº de ordem 85, com sede na Rua São Caetano, nº 119, centro, CEP-19.883-030, cidade de Cândido Mota e foro na Comarca de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

Parágrafo primeiro: A CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA reger-se-á por este Estatuto e pela legislação civil que lhe for aplicável, tendo autonomia administrativa, disciplinar e financeira.

Artigo 2º - A "CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA", tem por finalidade:

- a) Prestar assistência e dar atendimento educacional no cuidar, educando e atendendo; especialmente as crianças provenientes de famílias de baixa renda, de ambos os sexos, na faixa etária e 4 meses a 3 anos e 11 meses, em Regime Integral, com complementação aos cuidados e educação;
- b) Propugnar pela defesa dos direitos das crianças que estão sob seus cuidados, proporcionando-lhes todos os meios para que possa ter condições de desenvolvimento físico, psicológico, motor, intelectual e social, dentro da sistemática da associação, prestando assistência sócia educativa a criança e a família e quando necessário pleitear junto aos Poderes Públicos, em qualquer esfera, todas as medidas que forem necessárias para o cumprimento de tal atividade;
- c) Envidar todos os esforços que estiverem no seu alcance, no sentido de fazer cumprir os princípios contidos na "Declaração Universal dos Direitos da Criança", proclamados pela ONU (Organização das Nações Unidas)
- d) Participação da Entidade em Conselhos Municipais e demais segmentos que compõe as redes de serviços;



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

de Cândido Mota - SP
Fls. 07 (a) *per*

MICROFILMADO
SOB Nº 2131

Artigo 3º - A "CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA", observando o princípio da universalidade do atendimento no desenvolvimento de suas atividades, não fará distinção de origem, raça, cor, credo político ou religioso.

Artigo 4º - A "CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA" se dedica às suas atividades por meio de:

- a) Execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas as fins;
- b) Organizar eventos relacionados ao segmento, em parceria com outras instituições ou isoladamente;
- c) Organizar, promover ou realizar Palestras, e cursos e, ainda, outros eventos de caráter social, cultural, artísticos que visem à realização de suas finalidades estatutárias;
- d) Oferecer estágios a interessados em atuar na área;
- e) Atuar em projetos de cooperação técnica e institucional e/ou firmar convênios e parcerias com entidades particulares ou oficiais, nacionais ou estrangeiras;
- f) Participar de movimentos associativos e propor medidas judiciais ou extrajudiciais de seu interesse e de seus associados;
- g) Desenvolver programa anual de atividades.

Artigo 5º - A Casa da Criança Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota, não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participação ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica Integralmente na consecução de seu objetivo social.

Artigo 6º - A CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CANDIDO MOTA", não concederá remuneração, gratificação, vantagens ou benefícios de espécie alguma e a qualquer título, a Dirigentes, Diretores ou outras pessoas a seu serviço, salvo àquelas com as quais mantiver vínculos legais de empregadora.

Parágrafo Único - Não serão remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria; e, a Associação não distribui lucros, bonificados ou vantagem a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Artigo 7º- A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas comissões, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno.



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



Parágrafo Único – Poderá também a Associação criar unidades de prestação de serviços para execução de atividades visando à sua auto-sustentação, utilizando-se de todos os meios lícitos, aplicando seu resultado operacional integralmente no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

CAPITULO II

DAS RECEITAS E DESPESAS

Artigo 8º- Constitui receita da “**CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA**”

- a) Contribuição de associados;
- b) Doações, legados e subvenções;
- c) Verbas provenientes de subsídios oficiais ou convênios;
- d) Apoio financeiro de entidades de cooperação seja nacional ou estrangeira, a projetos específicos;
- e) Rendas de promoções e outras rendas de qualquer natureza;
- f) Receitas provenientes de contratos, convênios e termos de parceria celebrada com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privada;
- g) Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação.

Artigo 9º - A “**CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA**” aplicará suas receitas, seus serviços e eventual resultado operacional integralmente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

Artigo 10º - Todas as receitas oriundas de Termo de Colaboração, termo de fomento, subvenções, legados ou doações, serão aplicados especificamente na finalidade a que estejam vinculadas.

Parágrafo Único: A Associação conservará pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;

CAPITULO III

DO PATRIMÔNIO

Artigo 11º - O patrimônio da Associação será constituído de bens imóveis, móveis, veículos e semoventes, ações, apólices de dívida pública, contribuições de associados, auxílios, doações, termo de colaboração, termo de fomento, subvenção e legados.



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

Registro Civil do Pessoa Jurídica
de Cândido Mota - SP
Fls. 09 (a) 
MICROFILMADO
SOB Nº. 2131

Artigo 12º – A Associação aplicará suas receitas e serviços e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Artigo 13º – Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro do Município de sua sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculada, no âmbito do Estado concessor.

Artigo 14º – A alienação hipoteca, penhor, penhora, venda ou permuta dos bens patrimoniais da Entidade, somente poderá ser decidida por aprovação da Assembléia Geral Extraordinária.

Parágrafo Primeiro - Todos os bens incorporados ao patrimônio da associação deverão ser registrados em livro próprio, com a especificação e indicação de valor e data de aquisição;

Parágrafo Segundo - Dependerá de prévia autorização da Assembléia Geral, a aquisição e venda de bens imóveis, títulos ou valores.

Artigo 15º – Em caso de dissolução ou extinção, eventual patrimônio remanescente será destinado a instituição beneficentes certificadas ou a instituições públicas. Dotada de personalidade jurídica, sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de origem sem fins lucrativos.

Artigo 16º – A Associação não distribuirá lucros, bonificações ou quaisquer outras vantagens aos seus associados de qualquer categoria, bem como a qualquer membro da Diretoria ou Conselho Fiscal cujos cargos serão desempenhados gratuitamente e sem qualquer remuneração ou vantagem, seja a que titulo for.

Artigo 17º – Não constituem patrimônio exclusivo de um cargo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou sociedade sem caráter beneficente de Assistência Social.

CAPITULO IV

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I – DOS ASSOCIADOS E CATEGORIAS QUE PERTENCEM

Artigo 18º - O quadro social da “CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA” é constituída por número ilimitado de associados distinguidos em três (03) categorias, a saber:

- a) Efetivos;
- b) Beneméritos;



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



c) Pessoas jurídicas e Pessoas físicas – “contribuintes”.

Parágrafo Único - Compreendem entre os associados efetivos, os fundadores.

Artigo 19º - São associados efetivos as pessoas físicas que apóiam o desenvolvimento da Casa da Criança Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota.

Artigo 20º- São associados fundadores aqueles que participaram da fundação cujos nomes constam da ata, bem como os que foram admitidos, como associados efetivos, até a data de aprovação do primeiro Estatuto Entidade.

Artigo 21º - São associados beneméritos ou cidadãos que houver prestado relevantes serviços à “**CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA**” ou que lhe tenham feito doação de valor apreciável.

Artigo 22º - Poderão ser associados contribuintes as pessoas físicas ou pessoas jurídicas sem fins econômicos; e, as empresas nacionais ou estrangeiras que contribuírem com doações ou donativos.

Artigo 23º - Aos associados efetivos, sem prejuízo dos direitos que lhe couber, poderá ser conferido o título de associados benemérito.

Artigo 24º - Os associados não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da Associação.

SEÇÃO II – DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS

Artigo 25º - A admissão de associados será feita mediante proposta de adesão do interessado e aprovação da Diretoria Administrativa.

Artigo 26º- O Associado será demitido mediante pedido espontâneo de demissão por escrito, dirigido à Diretoria, que será deferido desde que esteja quite com as obrigações sociais.

Artigo 27º. - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- a) Violação do estatuto social;
- b) Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- c) Atividades contrárias às decisões das assembléias gerais;
- d) Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;

Parágrafo Primeiro – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

MICROFILMADG
SOB Nº...2131...

Parágrafo Segundo – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

Parágrafo Terceiro – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembléia Geral;

Parágrafo Quarto – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

SEÇÃO III – DAS PENALIDADES

Artigo 28º.- As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão até 30 (trinta) dias;
- c) Eliminação do quadro social.

Artigo 29º – A pena de advertência e suspensão será imposta pela Diretoria Administrativa, ouvido, previamente o interessado.

Parágrafo Primeiro - A penalidade de advertência será comunicada ao associado, mediante carta aviso.

Parágrafo Segundo - A penalidade de suspensão, quando imposta pela associação, acarretará, enquanto vigorar a suspensão dos direitos previstos neste Estatuto.

Parágrafo Terceiro - A pena de suspensão aplicada pela Diretoria, não excederá a 90 (noventa) dias, cabendo recurso com efeito suspensivo, para a Assembléia Geral, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência da decisão.

SEÇÃO IV- DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 30º - São direitos dos Associados:

- a)- votar e ser votado para cargos da Diretoria e Conselho Fiscal, nos termos e condições previstas nestes estatutos;



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



- b)- discutir e votar nas Assembléias Gerais;
- c)- propor a admissão de associados;
- d)- solicitar à Diretoria, por escrito, esclarecimentos sobre assunto referente à administração social;
- e)- representar e oferecer sugestões à Diretoria, no interesse da Entidade;
- f)- participar dos eventos promovidos pela Entidade;

Parágrafo Único – Somente o associado quite com suas obrigações poderá gozar dos direitos previstos neste artigo.

Artigo 31º - São deveres dos associados:

- a)- respeitar e cumprir as normas dos Estatutos e Regimento Interno;
- b)- acatar e exercer, salvo justo motivo, os cargos e funções para os quais foi eleito ou nomeado;
- c)- zelar pela conservação do patrimônio da Entidade;
- d)- reparar os danos a que der causa por fato próprio ou de terceiros sob sua responsabilidade;
- e)- pagar pontualmente suas contribuições;
- e)- prestigiar as iniciativas e projetos que visem a defesa dos interesses da Entidade;
- f)- comparecer às Assembléias Gerais de Associados, quando convocado;
- g)- acatar as deliberações emanadas dos órgãos competentes

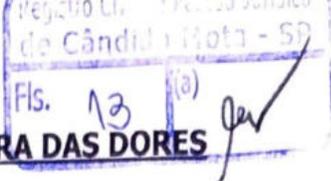
Artigo 32º O associado não pode exercer cumulativamente cargos da Diretoria Administrativa e no Conselho Fiscal

“Artigo 33º - Não poderão ser associados da CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CANDIDO MOTA”:- os seus funcionários ou aqueles que, de qualquer forma, recebem proventos ou mantenham relações econômicas com qualquer de suas atividades.

Parágrafo Único - Os associados regularmente matriculados que eventualmente venham manter com a entidade qualquer vínculo impeditivo, na forma estabelecida neste artigo, terão seus direitos e obrigações suspensos até a extinção do vínculo.



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



CAPITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL E SUPERVISÃO

Artigo 34º - A CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA, será administrada por:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria Administrativa;
- c) Conselho Fiscal.

SEÇÃO I- DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 35º - A Assembléia Geral, órgão soberano de administração, é constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 36º - Reúne-se a Assembléia Geral:

- a) Ordinariamente a cada 03 (três) anos para a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- b) Ordinariamente de ano em ano para apreciar o relatório anual, balanço e contas da diretoria, aprovados pelo Conselho Fiscal;
- c) Extraordinariamente, sempre que for preciso, por convocação do Presidente da Associação, a requerimento do Conselho fiscal ou a requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

Artigo 37º - As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente da Associação.

Artigo 38º - As deliberações são tomadas por meio de votos, pelo processo secreto, podendo, desde que a Assembléia concorde, ser adotada o sistema de aclamação.

Artigo 39º - As Assembléias Gerais serão convocadas mediante Edital de Convocação afixado na Sede da Associação ou publicado na imprensa local, com antecedência mínima de 08(oito) dias.

Artigo 40º - As Assembléias Gerais somente poderão deliberar sobre os assuntos expressos e claramente mencionados no Edital de Convocação.

Artigo 41º - As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias funcionarão em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados presentes; não havendo número suficiente para instalação da Assembléia em primeira convocação será feita uma segunda convocação, no mesmo local 30 (trinta) minutos após a primeira



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



convocação, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados presentes; e, não havendo número suficiente para a instalação da Assembléia em segunda convocação será feita uma terceira convocação, no mesmo local, 15 (quinze) minutos após a segunda convocação, com qualquer número de associados presentes.

Artigo 42º – Compete privativamente à Assembléia Geral.

- a) Deliberar sobre as contas da administração, na Assembléia Geral Ordinária;
- b) Eleger os Membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Fiscal e suplentes;
- c) Instaurar auditoria para exame das contas da Associação, quando houver parecer nesse sentido, do Conselho Fiscal;
- d) Demais assuntos constantes da ordem do dia, quando da realização da Assembléia Geral Ordinária;
- e) Será privativo da Assembléia Geral Extraordinária, qualquer assunto que não conste da ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária, tais como:
 1. Exame, discussão e votação de qualquer matéria que seja submetida pela Diretoria Administrativa, Conselho Fiscal ou pelos associados, na forma Estatutária;
 2. Resolver os casos omissos neste Estatuto
 3. Reformar o Estatuto por proposta da Diretoria Administrativa, do Conselho Fiscal ou mais de 1/5 (um quinto) dos associados;
 4. Declarar a extinção da Associação, observado o disposto neste Estatuto;
 5. Destituir os administradores, promovendo sua imediata substituição;
 6. Revogar as resoluções da Diretoria e do Conselho Fiscal que reputar nocivas aos interesses da Associação;
 7. Deliberar, nos termos deste Estatuto, sobre aquisições e alienações de bens imóveis, títulos e valores, bem como constituições de dívidas de qualquer natureza ou constituição de ônus sobre o patrimônio social, no todo ou em parte;
 8. Julgar em grau de recurso, as decisões da Diretoria que representem imposições de penalidade aos associados.

Parágrafo Único – Para o caso de Destituição dos Administradores será necessário o voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia especialmente convocada para tal finalidade, não podendo ocorrer deliberação em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, em 2ª convocação, meia hora após a primeira com menos de 1/3 (um terço) dos associados regularmente matriculados e, em terceira convocação, 15 (quinze) minutos após a segunda, com qualquer número de associados presentes.



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

Registro Civil de Pessoa Jurídica
de Cândido Mota - SP
Fls. 15 (a) JW

MICROFILMADO
SOB Nº 2.131

Artigo 43º - A CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA, adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

SEÇÃO II – DA DIRETORIA

Artigo 44º - A CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA, terá uma Diretoria Administrativa composta dos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º. Secretário, 2º. Secretário, 1º. Tesoureiro e 2º. Tesoureiro e uma representante do Instituto das Pobres Filhas de São Caetano, eleitos a cada 3 anos, pela Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 45º – O mandato da Diretoria é de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição de seus membros.

Artigo 46º - A eleição da Diretoria será feita em Assembléia Geral, na Primeira quinzena do mês de dezembro do último ano de mandato.

Artigo 47º - A Diretoria eleita entrará em exercício no dia 18 janeiro seguinte.

Artigo 48º – Na vacância de qualquer cargo que não tenha substituto indicado neste Estatuto, o cargo deverá ser preenchido por substituto indicado em Assembléia Geral, pelo tempo que faltar para completar o mandato. No caso de renúncia coletiva da Diretoria ou do Conselho Fiscal, os novos membros serão eleitos em Assembléia Geral, na forma estabelecida neste Estatuto, para exercer os respectivos cargos pelo tempo faltante para completar o mandato.

Artigo 49º.- No caso de renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal, o presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria; ou, em ultimo caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembléia Geral Extraordinária, que elegerá uma Comissão Provisória de 03 (três) membros, que fará a administração provisória da Associação e realizará as eleições no prazo de 30(trinta) dias, sendo que os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, completarão o mandato dos renunciantes.

Artigo 50º – A Diretoria fica investida de amplos poderes para praticar os atos de gestão, respeitadas as normas estatutárias, devendo reunir-se:

- a) Ordinariamente, a cada dois meses, mediante convocação do Presidente;
- b) Extraordinariamente, sempre que for preciso, mediante convocação do Presidente.

Parágrafo Único – As reuniões serão realizadas com a presença de no mínimo quatro membros da Diretoria;



CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES



Artigo 51º – Compete a Diretoria:

- a) Administrar os bens e serviços da Associação;
- b) Zelar pelo fiel cumprimento do Estatuto Social;
- c) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral;
- d) Aplicar penalidades aos associados de conformidade com as disposições estatutárias;
- e) Admitir, demitir e indenizar funcionários, respeitadas as leis trabalhistas;
- f) Elaborar o Regulamento Interno e suas eventuais alterações;
- g) Responder as solicitações dos associados, feitas por escrito;
- h) Elaborar relatório circunstanciado das suas atividades, balanço e prestação de contas, observando os princípios fundamentais da contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, para ser apresentado para discussão e aprovação na Assembléia Geral Ordinária, bem como fixado no mural da sede da Associação ou site da mesma;
- i) Firmar contratos, convênios termos de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação e realizar transações de interesse da Associação;
- j) Fixar a contribuição dos associados, cujo valor deve ser aprovado em Assembléia Geral;
- k) Publicar ou afixar na sede social, trimestralmente, para conhecimento dos sócios, o balancete com demonstração de receitas e despesas;
- l) Promover a realização de debates, conferências, reuniões, cursos, congressos de caráter educativos, culturais, artísticos e outras atividades afins;
- m) Estudar e propor medidas de caráter administrativo, financeiro e econômico;
- n) Decidir sobre casos omissos neste Estatuto, recorrendo de ofício para a primeira Assembléia Geral.

Artigo 52º – Os membros da Diretoria não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da Associação, na prática de ato regular de sua gestão;

Artigo 53º - Nas sucessões da Diretoria, não será permitida a transmissão de dívidas no valor superior a 10 (dez) salários mínimos vigentes na época.

Artigo 54º – Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Diretoria;
- c) Convocar e presidir as Assembléias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias;
- d) Presidir as conferências, reuniões e congressos;
- e) Assinar com o Primeiro Secretário as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;



MICROFILMAL
SOB Nº... 2131

Reg. Civil e Cartório Jurídico
de Cândido Mota - SP
Fls. 17 (a) *lux*

CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

- f) Assinar com o Primeiro Tesoureiro os contratos que obriguem a Associação e quaisquer ordens de movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósitos e qualquer espécie de títulos, cauções, ordens de pagamento, previsões orçamentárias, balanços, balancetes e relatórios financeiros;
- g) Elaborar o relatório anual e submetê-lo à aprovação da Assembléia Geral;
- h) Despachar o expediente;
- i) Assinar os ofícios, comunicações, requerimentos, representações e papéis dirigidos a autoridades;
- j) Abrir, rubricar e encerrar os livros da Secretaria e Tesouraria;
- k) Delegar ao Vice-Presidente, ao Primeiro Secretário ou ao Primeiro Tesoureiro, quando necessário, as atribuições previstas nas alíneas "d", "g", "h", "i";
- l) Nomear representantes da Associação, para solenidades, congressos ou o que for necessário;
- m) Propor em Assembléia Geral a nomeação de Comissões ou de Sócios que se encarreguem de relatar assuntos que demandam estudo mais acurado;
- n) Devidamente autorizado pela Assembléia Geral, contrair obrigações, transigir, renunciar a direitos, adquirir ou alienar bens imóveis, dispor do patrimônio social ou por qualquer forma onerá-lo.

Artigo 55º – Compete ao Vice-Presidente auxiliar o Presidente, desempenhando as atribuições que este lhe designar, e substituí-lo, nos casos de licença ou impedimento, e sucedê-lo no caso de vaga.

Artigo 56º – Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Superintender os trabalhos da Secretaria, da Sede Social e dos Departamentos, propondo à Diretoria as providências administrativas e disciplinares à sua eficiente organização;
- b) Redigir e assinar a correspondência;
- c) Organizar a pauta e a ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- d) Responsabilizar-se pela guarda do arquivo da Secretaria, mantendo-o em ordem e em dia;
- e) Lavrar e subscrever as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- f) Proceder à leitura das atas e papéis do expediente, nas reuniões da Diretoria e nas Assembléias Gerais;
- g) Substituir o Vice-Presidente nos casos de licença ou impedimento;
- h) Admitir e demitir empregados, com a aprovação da Diretoria, bem como conceder férias e licenças.



Artigo 57º – Compete ao Segundo Secretário:

- a) Auxiliar o Primeiro Secretário, desempenhando as atribuições que este lhe designar, e substituí-lo, nos casos de licença ou impedimento, e sucedê-lo no caso de vaga;
- b) Substituir o Segundo Tesoureiro nos casos de licença ou impedimento.

Artigo 58º – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Superintender a arrecadação e a guarda de todos os valores pertencentes à Associação;
- b) Administrar o recebimento das contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação, determinando seu depósito em conta desta, em estabelecimento bancário escolhido pela Diretoria;
- c) Movimentar os fundos sociais juntamente com o Presidente,
- d) Pagar as despesas da Associação, quando devidamente autorizada;
- e) Responsabilizar-se pela escrituração dos livros de contabilidade, mantendo-os, bem como os documentos contábeis, em ordem e em dia;
- f) Elaborar balancetes e o balanço anual da Associação, para os fins previstos no
- g) Prestar ao Presidente e às Assembléias Gerais as informações de caráter financeiro que lhe forem solicitadas;

Artigo 59º – Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) Auxiliar o Primeiro Tesoureiro, desempenhando as atribuições que este lhe designar, e substituí-lo, nos casos de licença ou impedimento, e sucedê-lo no caso de vaga;

Artigo 60º - Compete à Representante do Instituto das Pobres Filhas de São Caetano, orientar e fiscalizar todo trabalho realizado pela diretoria, bem como representá-la quando solicitada.

SEÇÃO III – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 61º - O Conselho Fiscal, órgão dotado de atribuição de fiscalização e controle econômico-financeiro da Entidade, é constituído de 03 (três) membros efetivos e 03(três) membros suplentes, eleitos simultaneamente com a Diretoria, em Assembléia Geral, para o mandato de três anos, sendo permitida a reeleição de seus membros.

Artigo 62º – O associado não pode exercer cumulativamente cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal.



MICROFILMADQ
SOS Nº 2131

Registro Civil de Pessoa Jurídica
de Cândido Mota - SP
Fls. 19 (a)

CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

Artigo 63º – O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente a cada mês e extraordinariamente sempre que necessário ou por convocação da Diretoria ou pela Assembléia Geral, com a participação de pelo menos 02 (dois) de seus membros.

Artigo 64º – Em sua primeira reunião o Conselho Fiscal elegerá dentre seus membros um Presidente e um Secretário, competindo-lhes a convocação de reuniões e a direção dos trabalhos e, organizar a pauta das reuniões, lavras e subscrever as atas, respectivamente.

Artigo 65º – Na ausência do Presidente, os trabalhos serão dirigidos pelo Secretário e na ausência deste, por substituto escolhido na ocasião.

Artigo 66º – As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, devendo constar na ata, lavrada em livro próprio.

Artigo 67º – Ocorrendo mais de duas vagas no Conselho fiscal, o Presidente da Diretoria, convocará Assembléia Geral para a escolha de novos membros para completar o Conselho.

Artigo 68º – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da entidade;
- b) Propor as providências cabíveis para o melhor funcionamento da Entidade;
- c) Opinar e conferir sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas pela Associação;
- d) Conferir as receitas e despesas da Associação, verificando se estão dentro dos limites estabelecidos pela Assembléia Geral;
- e) Verificar se as operações realizadas pela Diretoria e os serviços prestados correspondem em qualidade e quantidade com a situação econômico-financeira da Associação;
- f) Verificar se a Diretoria vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- g) Inteirar-se se os compromissos sociais vêm sendo cumpridos com pontualidade;
- h) Verificar se há problemas com empregados e se existem obrigações fiscais, trabalhistas ou administrativas a serem cumpridas;
- i) Dar conhecimento à Diretoria das conclusões dos seus trabalhos e denunciar à Assembléia Geral as irregularidades constatadas.



Parágrafo Primeiro – Apurada a justa causa, através de procedimento próprio, o diretor ou conselheiro será comunicado dos fatos através de notificação extrajudicial, para que apresente defesa no prazo de 15(quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo Segundo – Apresentada a defesa ou decorrido o prazo legal de sua apresentação, a representação será submetida à apreciação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, cuja deliberação será tomada na forma como estabelece o parágrafo único do artigo 42, deste estatuto.

CAPITULO VIII

DO EXERCICIO SOCIAL

Artigo 79º - O exercício social compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 80º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, com a demonstração das origens e aplicações de recursos, bem como, a prestação de contas devem observar os princípios fundamentais da contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

CAPITULO IX

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

“Artigo 81º - A prestação de contas da CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CÂNDIDO MOTA”, observará as seguintes normas:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

1



MICROFILMADO
SOS Nº 2131

de Cândido Mota
Fls. 221

CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 82º - O presente Estatuto Social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3(dois terços) dos presentes, sendo em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados; em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados; e, em terceira convocação 15 (quinze) minutos após a segunda, com qualquer número de associados.

Artigo 83º - A CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CANDIDO MOTA, poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados.

Artigo 84º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Artigo 85º - Este Estatuto entrará em vigor na data de seu Registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas desta Comarca de Cândido Mota, ficando revogados os anteriores e as Resoluções em contrário.

Cândido Mota, 18 abril 2022


C. MOTA

Antonio Carlos Franciscatti
Presidente
CPF: 015.544.218-02


C. MOTA

Antonio Valmir Sachetti
Advogado
OAB/SP. 77.845





CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES

MICROFILMADO
SOS Nº 2131

Fis. 23

(a)

ev

Lista de Presença na Assembléia Geral Extraordinária da Casa da Criança Nossa Senhora das Dores realizada no dia 18 abril 2022

Nome	Assinatura
ANTONIO CARLOS FRANCISCATTI	
VALDIR MARTINS	
APARECIDA CORREA YASUDA PAHIM	
SONIA MARIA MARTINS	
OSMAR APARECIDO MAIA	
PAULO HENRIQUE FRANCISCATTI	
APARECIDO PRUDENTE	
MARIO INACIO	
ELIZEU MARTINS	
APARECIDA DE FATIMA BEGOSSO	
MIGUEL SOUZA SANTOS	
VALERIA CRISTINA MARQUES FREIRE	
ANA LUCIA INACIO DOS SANTOS	
MAURA RUBIA VIEIRA BARROS	
ADRIANA BARBOSA	
CELIA MARCELINA RODRIGUES	
SEBASTIAO ALVES LEME	
LUIZ FERNANDO BORGES	

CÓPIA COLADA



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE CÂNDIDO MOTA
RUA PAULO JABUR, 715 - CENTRO - CÂNDIDO MOTA, SP - CEP: 13801-001 | TEL: (19) 3241-1917 | (24) 44821 | CEL: (51) 91914-8271 | www.candido.com.br

Autentico a presente copia reprografica extraída das notas, a qual confere com o original, do que dou fé.
BRUNO MARCELO BORGES - ESCRIVENTE



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CÂNDIDO MOTA - SP

CNPJ: 11.595.649/0001-19

RUA JOSÉ ELIAS CURY, Nº 769 Fone: (018) 334154805

APARECIDO VINHA - OFICIAL



CERTIDÃO DE ATOS PRATICADOS - PROTOCOLO Nº: 2131

CERTIFICA que o presente título, protocolado sob número 2.131 em 19/08/2022, deu origem ao(s) seguinte(s) ato(s) nesta Serventia:

ATO	Valor Base	Oficial	Estado	Sec. Faz.	R. Civil	Tribunal	M.P.*	I.M.**	TOTAL
AV.33/R-113 (ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA)	0	R\$ 99,90	R\$ 28,39	R\$ 19,44	R\$ 5,26	R\$ 6,86	R\$ 4,80	R\$ 3,99	R\$ 168,64
SELO DIGITAL: 1200304PJQE010012447HT22Q									
PÁGINAS ACRESCER - AV.33/R-113 (ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA)	19	R\$ 117,23	R\$ 33,44	R\$ 22,99	R\$ 6,27	R\$ 7,98	R\$ 5,70	R\$ 4,56	R\$ 198,17
SELO DIGITAL: 1200304PJQE010012447HT22Q									
MICROFILME	1	R\$ 6,89	R\$ 1,97	R\$ 1,34	R\$ 0,36	R\$ 0,47	R\$ 0,33	R\$ 0,27	R\$ 11,63
SELO DIGITAL:									

Os valores devidos ao Estado e a Carteira de Previdência foram pagos por verba conforme guia arquivada em cartório.

Tabela e valores vigentes na data da prenotação.

COTA: UFESP(11,84)

* Ministério Público
** Imposto Municipal

Obs.:

Apresentante

CASA DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS DORES DE CANDIDO MOTA

Natureza

ALTERAÇÃO ESTATUTARIA



CÂNDIDO MOTA, 01 de setembro de 2022

Leonardo Lopes de Souza
LEONARDO LOPES DE SOUZA
ESCREVENTE AUTORIZADO

RESUMO FINANCEIRO

DEPÓSITO	CUSTAS	DILIGÊNCIA	DESPESAS	RESTITUIR
R\$ 378,44	R\$ 378,44	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Emolumentos	Estado	Secretária da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 224,02	R\$ 63,80	R\$ 43,77	R\$ 11,89	R\$ 15,31
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 10,83	R\$ 8,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 378,44



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1200304PJQE010012447HT22Q

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>